



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura
2022/2023

1.º Semestre

Direito dos Contratos II

(3º Ano/Dia/B)

Unidade curricular

Direito dos Contratos II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Professor Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde (2h)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Dr.ª Marta Quintino Boura (6h)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecimento teórico e prático da realidade contratual, com incidências nas relações contratuais comuns que visam a prestação de serviços, a transmissão de direitos e o aproveitamento de bens alheios.

Conteúdos programáticos

COMODATO

1. Noção e aspectos gerais. As relações de cortesia e a mera tolerância
2. Características qualificativas
3. A formação do contrato de comodato
 3. 1. Processo de formação
 3. 2. Capacidade e legitimidade das partes
4. Objecto do contrato
5. Conteúdo do contrato
 5. 1. Obrigações do comodante
 5. 1. 1. Obrigação de não perturbar o uso da coisa pelo comodatário
 5. 1. 2. Obrigação de reembolso de benfeitorias
 5. 2. Direitos do comodatário
 5. 2. 1. Direito de uso da coisa
 5. 2. 2. Defesa da posse
 5. 2. 3. Direito de retenção
 5. 3. Obrigações do comodatário
 5. 3. 1. Obrigação de guardar e conservar a coisa emprestada
 5. 3. 2. Obrigação de facultar ao comodante o exame da coisa emprestada
 5. 3. 3. Obrigação de não aplicar a coisa a fim diverso daquele a que se destina
 5. 3. 4. Obrigação de não fazer da coisa emprestada uma utilização imprudente
 5. 3. 5. Obrigação de tolerar quaisquer benfeitorias que o comodante queira realizar na coisa
 5. 3. 6. Obrigação de não proporcionar a terceiro o uso da coisa, a não ser que o comodante autorize
 5. 3. 7. Obrigação de avisar imediatamente o comodante sempre que tenha conhecimento de vícios na coisa ou saiba que a ameaça algum perigo ou que terceiros se arrogam direitos em relação a ela, desde que o facto seja ignorado pelo comodante
 5. 3. 8. Obrigação de restituir a coisa emprestada, findo o contrato



6. O regime de responsabilidade do comodatário
7. O regime da perturbação das prestações
8. Extinção do contrato

MÚTUO

9. Considerações introdutórias
10. Características qualificativas do contrato de mútuo
 10. 1. Contrato nominado e típico
 10. 2. Contrato primordialmente não formal
 10. 3. O carácter real quoad constitutionem do mútuo. O problema do mútuo consensual
 10. 4. O mútuo como contrato obrigacional e real quoad effectum
 10. 5. O mútuo como contrato naturalmente oneroso, podendo ser gratuito
 10. 6. O mútuo como contrato unilateral
 10. 7. O mútuo como contrato comutativo
11. Objecto do mútuo
12. A formação do contrato de mútuo
 12. 1. O processo de formação do contrato
 12. 2. Capacidade e legitimidade das partes
 12. 3. A celebração do mútuo por mandatário ou representante
 12. 4. O contrato-promessa de mútuo
13. Invalidade do contrato de mútuo
14. Efeitos do mútuo
 14. 1. Transferência da propriedade
 14. 2. Obrigações do mutuário
 14. 2. 1. A obrigação de restituição de outro tanto do mesmo género e qualidade
 14. 2. 2. A obrigação de juros
 14. 2. 3. O dever de aplicar a quantia mutuada de acordo com o escopo legal ou convencional
15. Proibições de mútuo
16. Modalidades especiais de mútuo
 16. 1. O empréstimo mercantil
 16. 2. O mútuo bancário
 16. 3. O mútuo garantido por penhor
17. O regime das perturbações da prestação no âmbito do mútuo
18. Extinção do mútuo

MANDATO

INTRODUÇÃO

19. Origem e evolução histórica

CAPÍTULO I

A NOÇÃO LEGAL. ELEMENTOS

20. Elementos individualizadores do contrato de mandato
 20. 1. Obrigação de praticar um ou mais actos jurídicos. O mandato como contrato de cooperação jurídico-gestória
 20. 2. Actuação do mandatário por conta do mandante

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS

21. Caracterização do contrato de mandato

CAPÍTULO III

A CONCLUSÃO DO MANDATO

22. Formação do contrato de mandato
 22. 1. Particularidades do processo de formação
 22. 2. Capacidade das partes



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

22. 3. A legitimidade das partes

CAPÍTULO IV

O ÂMBITO DO MANDATO

23. Extensão do mandato

23. 1. A distinção entre mandato geral e especial

23. 2. Âmbito do mandato geral

23. 3. Âmbito do mandato especial

23. 4. A actuação sem poderes

CAPÍTULO V

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24. Obrigações e direitos do mandatário

24. 1. Obrigação de praticar os actos compreendidos no mandato com respeito pelas instruções recebidas (artigo 1161º, alínea a) e de não o executar quando for razoável supor que o mandante aprovaria a sua conduta, caso conhecesse certas circunstâncias que não foi possível comunicar-lhe em tempo útil (artigo 1162º)

24. 2. Obrigações de informação e comunicação (artigo 1161º, alíneas b) e c)

24. 3. Obrigação de prestar contas (artigo 1161º, alínea d)

24. 4. Obrigação de entregar ao mandante tudo o que recebeu em execução ou no exercício do mandato (artigo 1161º, alínea e). Obrigação de juro (artigo 1164º)

24. 5. Outras obrigações do mandatário

25. Direitos do mandatário. Direito de retenção

26. Substitutos e auxiliares do mandatário

27. Obrigações do mandante

27. 1. Obrigação de fornecer os meios necessários à execução do mandato se outra coisa não foi convencionada (artigo 1167º, alínea a)

27. 2. Obrigação de pagar a retribuição devida e fazer provisão por conta dela, consoante os usos (artigo 1167º, alínea b)

27. 3. Obrigação de reembolsar o mandatário das despesas feitas que este tenha fundadamente considerado indispensáveis (artigo 1167º, alínea c)

27. 4. Obrigação de indemnizar o mandatário do prejuízo sofrido em consequência do mandato (artigo 1167º, alínea d)

CAPÍTULO VI

PLURALIDADE DE MANDATOS E MANDATO SUBJECTIVAMENTE COMPLEXO

28. Pluralidade de mandatários

29. Pluralidade de mandantes

CAPÍTULO VII

AS RELAÇÕES COM TERCEIROS

30. O mandato com representação

31. O mandato sem representação. O mandato para adquirir e para alienar

31. 1. O mandato para adquirir

31. 2. O mandato para alienar

CAPÍTULO VIII

A EXTINÇÃO DO MANDATO

32. A revogação unilateral do mandato

33. O regime especial de revogação do mandato concedido também no interesse do mandatário e de terceiro

34. A caducidade do mandato

CAPÍTULO IX

MODALIDADES ESPECIAIS DE MANDATO

35. O mandato comercial

35. 1. Noções gerais

35. 2. Gerentes de comércio, auxiliares e caixeiros

35. 3. O contrato de comissão

36. O mandato judicial



- 36. 1. Obrigatoriedade, forma e âmbito
- 36. 2. Honorários
- 36. 3. Cessação
- 36. 4. A responsabilidade profissional dos advogados. A perda de chance

DEPÓSITO

- 37. As raízes romanas
- 38. Noção legal. As relações de cortesia
- 39. Características qualificativas
- 40. A formação do contrato de depósito
- 40. 1. Capacidade e legitimidade
- 40. 2. O contrato-promessa de depósito. O depósito consensual
- 41. Objecto do depósito
- 42. Direitos e deveres das partes
- 42. 1. Obrigações do depositante
- 42. 2. A situação jurídica do depositário
- 42. 2. 1. A posse da coisa
- 42. 2. 2. Direito de retenção
- 42. 2. 3. Obrigações do depositário
- 42. 2. 3. 1. Obrigação de guarda. Responsabilidade extra-obrigacional do depositário
- 42. 2. 3. 2. Obrigação de se abster do uso da coisa e de a dar em depósito a outrem sem autorização do depositante
- 42. 2. 3. 3. Obrigações de aviso
- 42. 2. 3. 4. Obrigação de restituir a coisa depositada com os seus frutos
- 43. Extinção do depósito
- 44. Modalidades especiais de depósito
- 44. 1. O depósito de coisa controvertida
- 44. 2. O depósito irregular. Características e regime
- 44. 3. Os depósitos bancários
- 44. 3. 1. O depósito bancário de dinheiro. Regime e modalidades
- 44. 3. 2. Natureza jurídica
- 44. 4. Depósito mercantil

SOCIEDADE

- 1. Noção e elementos
- 2. Os elementos constitutivos
- 2. 1. - O instrumento: contribuição com bens ou serviços
- 2. 2. O objecto: exercício em comum de uma actividade económica que não seja de mera fruição
- 2. 3. A organização: estrutura coordenadora da gestão da actividade societária
- 2. 4. O fim: a repartição dos lucros
- 3. Características qualificativas da sociedade civil
- 3. 1. A sociedade civil como pessoa colectiva
- 3. 2. A qualificação do contrato de sociedade
- 3. 3. A sociedade como contrato consensual
- 3. 4. A sociedade civil como contrato primordialmente não formal
- 3. 5. A sociedade como contrato de execução continuada ou duradoura
- 3. 6. A sociedade como contrato sinalagmático e oneroso
- 3. 7. A sociedade como contrato aleatório
- 3. 8. A sociedade como contrato intuitu personae
- 3. 9. A sociedade como contrato obrigacional e ainda real quod effectum, quando a entrada estipulada consistir na transferência de um direito real
- 4. As relações internas
- 4. 1. Obrigações dos sócios
- 4. 1. 1. A obrigação de entrada
- 4. 1. 2. Os deveres acessórios impostos pela boa-fé



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 4. 2. Os direitos dos sócios
- 4. 3. A Estrutura organizativa
- 5. As relações externas
 - 5. 1. A representação da sociedade
 - 5. 2. A responsabilidade pelas obrigações sociais
 - 5. 3. A responsabilidade por factos ilícitos
- 6. Extinção do vínculo social relativamente a um sócio
 - 6. 1. Morte do sócio
 - 6. 2. A exoneração e a exclusão de sócios
- 7. Dissolução e liquidação da sociedade
 - 7. 1. As causas de dissolução
 - 7. 2. A liquidação da sociedade

DOAÇÃO

(matéria de estudo facultativo)

- 1. Noção e aspectos gerais
- 2. Elementos constitutivos do contrato de doação
 - 2. 1. Generalidades
 - 2. 2. Atribuição patrimonial geradora de enriquecimento
 - 2. 3. Diminuição do património do doador
 - 2. 4. Espírito de liberalidade
- 3. Características qualificativas do contrato de doação
 - 3. 1. Contrato nominado e típico
 - 3. 2. Contrato primordialmente formal
 - 3. 3. Contrato primordialmente consensual
 - 3. 4. A doação como contrato que tanto pode ser obrigacional como real quod effectum, isolada ou conjuntamente
 - 3. 5. Contrato gratuito
 - 3. 6. Contrato unilateral
 - 3. 7. A doação como contrato que tanto pode ser de execução instantânea como periódica
- 4. Objecto da doação
- 5. Forma do contrato de doação
- 6. A formação do contrato de doação
 - 6. 1. Processo de formação do contrato
 - 6. 2. Capacidade activa e passiva para o contrato de doação
 - 6. 3. O mandato para doar
 - 6. 4. O contrato-promessa de doação
- 7. Invalidez e confirmação da doação
- 8. Efeitos da doação
 - 8. 1. Generalidades
 - 8. 2. A doação real
 - 8. 3. A doação obrigacional
- 9. Cláusulas acessórias nas doações
 - 9. 1. Generalidades
 - 9. 2. Reserva de usufruto
 - 9. 3. Reserva do direito de dispor de coisa determinada ou de certa quantia sobre os bens doados
 - 9. 4. Cláusula de reversão
 - 9. 5. Substituições fideicomissárias
 - 9. 6. Doação sujeita a condição
 - 9. 7. Doação modal
- 10. Proibições de doar
- 11. Modalidades atípicas de doações
 - 11. 1. A doação remuneratória
 - 11. 2. A doação por morte
 - 11. 3. A partilha em vida



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 11. 4. As doações para casamento
- 11. 5. As doações entre casados
- 12. O regime das perturbações da prestação
 - 12. 1. Generalidades
 - 12. 1. Doação de bens alheios
 - 12. 3. Doação de bens onerados ou de coisas defeituosas
- 13. Extinção das doações. A revogação por ingratidão do donatário

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Através do estudo de vários contratos, pretende-se analisar a realidade contratual nas funções indicadas nos objectivos de aprendizagem.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias

Bibliografia principal

- ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito civil*, XI e XII, Coimbra, Almedina, 2018.
- LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações – Contratos em Especial*, Volume III, Almedina, 14.^a edição, 2022.
- PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Coimbra, Coimbra Editora, Volume II, 4.^a edição, 1997.
- MANUEL JANUÁRIO DA COSTA GOMES, *Em tema de revogação do mandato civil*, Coimbra, Almedina, 1989.
- RUI PAULO COUTINHO DE MASCARENHAS ATAÍDE, *Mandato com representação*, Lisboa, FDUL, 1994.
- Direito dos Contratos II – Mandato*, Lisboa, AAFDL, 2020.
- Direito dos Contratos II – Depósito*, Lisboa, AAFDL, 2021.